

Américo da Costa Ramalho

O essencial sobre

ANDRÉ FALCÃO
DE RESENDE

hcm

Américo da Costa Ramalho

O essencial sobre

ANDRÉ FALCÃO
DE RESENDE

hcm

O poeta FALCÃO DE RESENDE, mais conhecido no seu tempo por André Falcão, talvez para o distinguir do mais famoso André de Resende, nasceu em Évora em 1527.

Vinha de uma família de gente cultivada: seu pai, Jorge de Resende escreveu poemas que se encontram no *Cancioneiro Geral* que seu irmão Garcia, tio portanto de André, publicou em 1516.

Garcia de Resende, por seu turno, além de poeta, com numerosas composições no *Cancioneiro* de que foi o editor, escreveu a *Miscelânea* em verso e a *Crónica d'el Rei D. João II*. Esta *Crónica* foi impressa muitos anos depois da morte do Príncipe Perfeito, e alguns meses após o falecimento de Garcia de Resende, pelos cuidados de seu irmão Jorge, pai de André, em 1545.

Para ela escreveu André Falcão, então com 18 anos, um soneto que exprimia bem todo o orgulho familiar que os Resendes punham na obra de Garcia, e também a con-

fiança num futuro risonho que André antevia certamente na sua adolescência:

Heróicos feitos e saber profundo,
Virtudes, condição, primor, costume,
Vida e morte declara este volume
Do Lusitano Rei, D. João o Segundo:

Segundo em nome, e a ninguém segundo
Em fama, tão subida em alto cume,
Que, apesar do tempo, que consume
Toda a cousa, será claro no mundo.

Não consentiu perder-se tal memória
Garcia de Resende em seu polido
E doce estilo, e verdadeira história.

Que a seu Rei e a sua Pátria agradecido,
Dando-lhe digna fama e imortal glória,
A si a deu, e fez seu nome esclarecido.

Estas grandiosas rimas em *-undo* vamos encontrá-las no «Adamastor» de Camões (*Lusíadas* V, 40) e na *Mensagem* de Fernando Pessoa, no poema «Mostrengo» que, além de outras coisas, é uma homenagem ao rei que mandou ultrapassar o Cabo Tormentório ⁽¹⁾.

Mas voltando a André Falcão e à família dos Resendes.

Membro proeminente do clã, era André de Resende já mencionado, primo direito do pai de André Falcão e considerado, por isso, tio do nosso poeta.

Ao longo da sua vida, André terá ocasião de referir-se, em diversas ocasiões, também ao famoso humanista L. Andreas Resendius, como ele assinava as suas obras latinas.

Acontece mesmo, que os versos iniciais de uma longa sátira dedicada a seu tio, confirmam que o L. do nome latino era *Lucius* e não *Licentius*, como alguns pretenderam:

Claríssimo Doutor entre os Romanos
Dos que em Parnaso mais estão no cume,
Lúcio Resende, e luz dos Lusitanos.

E num soneto, cheio de orgulho familiar, assim se dirige a André de Resende, nos primeiros versos:

Da nossa antiga Casa e geneolsia
Lúcio Resende, resplendor perfeito.

Estas composições poéticas, com a designação de «lusitanos» para os portugueses, com a exaltação da glória que as letras conferem, e com aquela interpretação do nome de Lúcio, como irradiador de luz — jogo etimológico de latinista — traem a cultura humanística de André Falcão de Resende.

E no seu caso, sabemos, em boa parte, onde e como a adquirira. Com efeito em 1548, ou um pouco antes, matriculava-se em Coimbra na Universidade, para estudar Direito.

Sabemos os nomes de alguns dos seus mestres de então, António Vaz Castelo, Cosme Fernandes, Azpilcueta Navarro, o famoso canonista e um dos professores mais prestigiosos da Universidade; João de Morgo-vejo, Bartolomeu Filipe e Belchior Cornejo.

Todavia, num Janeiro, segundo reminiscências suas, terá interrompido o curso. Esse Janeiro será o de 1551,

porque em declarações, anos mais tarde, ao Secretário da Universidade, quando retomou os estudos jurídicos, não menciona ter assistido ao discurso de seu tio André de Resende, como um dos acontecimentos ocorridos durante a sua permanência na Universidade. Ora André de Resende pronunciou uma famosa *oratio* de elogio de D. João III, em 28 de Junho de 1551, no Colégio das Artes em Coimbra. Esse discurso existe e foi publicado no nosso tempo, com tradução portuguesa e comentário (2).

Interrompida a frequência de Direito, terá voltado a Évora, pois fez o curso de Artes na sua terra natal, na universidade que os jesuítas, com o patrocínio do cardeal D. Henrique, aí fundaram em 1559.

Quando em 1567, ao voltar a Coimbra, retomou os estudos jurídicos, procurou que lhe fosse reconhecida a frequência anterior e conseguiu que lhe contassem três anos e que lhe dispensassem mais um ano, atendendo a que era bacharel em Artes pela Universidade de Évora.

Assim, com quatro anos de frequência de Direito, a sua tarefa encontrava-se facilitada e vemo-lo concluir a licenciatura em Direito Canónico em 19 de Novembro de 1570, continuando a residir em Coimbra até 14 de Fevereiro de 1571, provavelmente para cumprir o tempo requerido pelos Estatutos da Universidade.

Entre 1551 e 1567, deve ter casado. Sua mulher D. Leonor de Almada, era irmã de D. Isabel de Almada, que casara com Heitor da Silveira, o companheiro e amigo de Camões na Índia.

Há versos trocados entre os dois poetas que se encontram no mesmo manuscrito que conservou a obra de Falcão de Resende. E Silveiras e Resendes deviam estar em boas relações, pois André de Resende escreveu para a posteridade e divulgou na Europa do seu tempo os feitos de alguns Silveiras da geração anterior num opúsculo publicado em Lovaina em 1531, com o título de *Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis, anno superiori [...]* ou, em português, *Resumo dos feitos praticados pelos portugueses na Índia, no ano anterior [...]*.

Mas deixemos o tio humanista e voltemos ao nosso André Falcão. Escrevendo a Heitor da Silveira, seu concunhado, que estava na Índia, diz-lhe André:

Mas se do Céu tal bem se me concede,
Que saiba eu contentar-me em minha sorte,
E dos males mundanos perca a sede:

Que em recíproco amor minha consorte,
Minha doce Norélia e eu vivamos,
Que mal me pode vir, que eu não suporte?

(vs. 34-39)

Temos aqui a *aurea mediocritas*, a «mediania dourada» horaciana, aplicada, com uma contida tristeza, às condições de vida de um poeta pobre, cuja maior consolação reside no amor da esposa, decerto instruída, a companheira benévola das suas leituras e a ouvinte simpática dos seus versos.

O trecho atrás citado pertence à «Sátira a Heitor da Silveira que estava na Índia». E esta impressão de feli-

cidade doméstica, assente mais nos bens do espírito que nos da terra, encontra-se igualmente nos versos seguintes da «Epístola I: a Heitor da Silveira seu cunhado, estando na Índia»:

A Sparta que alcancei de Deus contudo,
Minha consorte, digo, amo e acompanho:
Com ela falo, leio, escrevo, estudo.

Nenhum trabalho há, nem mal tamanho,
Que aqueste amor recíproco nos vençam,
Comum nos sendo tudo, e nada estranho.

(vs. 136-141)

A imagem com que começam estes versos pertence a uma frase de carácter gnómico, vinda de Eurípides e tornada conhecida por um adágio erasmiano. O seu sentido geral é o de «cada um deve contentar-se com o que lhe coube em sorte e valorizá-lo». Mas aqui a Sparta (i. e. Esparta) parece também insistir na ideia da disciplina espartana, aceite com a possível resignação, dum casal que espiritualizava as suas condições económicas, fazendo da necessidade virtude.

Pouco antes destes versos, recordara André a Heitor da Silveira, consumido de saudades da mulher e da pátria, na Índia, a vantagem de limitar as ambições:

Quem a cubiça hidrópica não doma,
Tão pobre em fim, da pobre Sovereira
Será, sendo senhor, como de Roma.

(vs. 106-108)

A Sovereira era uma propriedade dos Silveiras.

Licenciado André em Direito Canónico, em 1571, a primeira notícia que temos de uma situação conseguida, graças às suas novas habilitações, é só de 1576.

Mas antes disso, na «Epístola a D. Francisco de Menezes», destinatário que fora seu colega na Universidade, e datada a epístola de

Hoje três por andar de Fevereiro
Da era de setenta juntos quatro

(vs. 195-196)

há informações valiosas.

O poeta parece sofrer de uma crise profunda que descreve:

Malenconia é mal, que segue aquilo
De que foge e se aparta a outra gente.
Os lugares contrários a ter gosto,
Nesses sente algum gosto, se o sente.

(vs. 89-92)

3 A melancolia foi um mal do século. É conhecida a famosa gravura de Dürer, datada de 1514. Mas em Portugal, a «tristeza», como atitude da moda e, em certos casos, como doença a sério, aparece no meado de Quinhentos. Ocupei-me dela numa nota intitulada «Camões e os 'Tristes'» em *Humanitas XXXI-XXXII*, Coimbra, 1979-1980, 146-153.

Apenas como hipótese, e atendendo a que, licenciado em 1571, só o encontramos empregado em 1576, parece-

-me possível que André Falcão tenha alimentado esperanças de uma carreira universitária para a qual pareciam incliná-lo a sua variada cultura literária e profissional e o seu tom de mestre grave e sentencioso. Desconhecidos obstáculos surgiram, porém, numa terra cujo nome não indica, mas é certamente Coimbra.

Eis Coimbra das ambições alimentadas em anos de estudo, Coimbra das desilusões, vista de um lugar de exílio voluntário:

Onde me vim meter de puro triste,
D'enfadado de línguas venenosas,
De cansado de ver sempre paredes,
E falsas cortesias de estudantes.

(vs. 40-43)

.....
Aqui, nascendo o Sol, logo visita
Com raio amigo a minha pobre casa,
Enchendo-a de luz e de quentura,
E a que me levante, me convida.
Levanto-me coberto de raposas
E dum feltrudo bérneo, que me é vida.
Assento-me à janela com descuido
A ouvir dos ruisenhóis as alvoradas.

Não passa pela rua o carregado
Doutor, pra que lhe tire a carapuça,
E lhe faça a forçada cortesia.
Não passa o escolar que se vá rindo
Da peliça ou do bérneo, e murmurando,
Tendo depois que diga ao soalheiro,
Quando, cercado doutros tais como ele,
Desenfardelam pragas e mentiras.

Não me vem visitar o meu amigo,
Que, com mostras d'amor, fingidas todas,
Me peça larga conta da comprida
Doença que depois julga a sua arte:
Nem ouço da vizinha desbocada
Sobre a magra galinha, que lhe furtam,
As públicas disputas e pelejas
E o a-que-del-rei que se levanta.
Nem me entram pela porta opositores
A pedir minha ajuda, que é bem fraca,
E que lhes busque votos de parentes,
Que é cousa para mim mui enfadonha;
Porque, se lhos pedis, prometem largo,
E depois, ao votar, mentem-vos todos.

[. . .] (vs. 104-133)

Há uma indignação contida e uma mitigada sensação de revolta nestes pitorescos versos livres. Quem conheceu a Alta de Coimbra, antes das obras para a construção da actual Cidade Universitária — a Alta em que, ao lado dos grandes edificios dos colégios universitários, ou por detrás deles, se encontravam modestas ruelas de gente pobre (tudo destruído hoje, os colégios e os becos) — terá assistido a discussões de vizinhas e observado galinhas vadias a deambularem por ruas estreitas e íngremes.

Aliás, a paisagem universitária é reforçada uns versos adiante, quando Falcão de Resende contrasta o burburinho da cidade dos estudantes com o silêncio e a paz do seu retiro:

Que não há cá, senhor, outros relógios
De quantos essa terra tem sobejos,
E tantos sinos, que perpetuamente
Vos estão martelando a cabeça. (vs. 151-154)

Se excluirmos os hexâmetros do *Conimbricæ Encomium* de Inácio de Moraes, estes são talvez os únicos versos, vindos do século XVI, que aludem ao panorama sonoro da Lusa Atenas, com os seus colégios, os da rua da Sofia e os outros, cada um provido de sua capela, e talvez de seu relógio, a atordoarem de ruído escolar e devoto a atmosfera da cidade do Mondego.

Mas o poeta não se fecha no seu sofrimento: Preocupa-o também a situação geral do País, com o desassossego permanente causado pelas contínuas deslocações do jovem rei D. Sebastião.

As peregrinações do Rei, aliás, estariam na prática corrente das cortes europeias do tempo, bastante nómadas, se o soberano andasse pela província a tratar da administração do reino. Mas o príncipe passava o tempo a caçar, rodeado de amigos da sua idade, inexperientes e aduladores, tão insensatos como ele, e procurava todos os pretextos para não se casar, assim pondo em risco a sucessão do trono.

Preocupava também o poeta aquilo que se dizia de expedições a África, com a participação pessoal de D. Sebastião; preocupava-o ainda o recrutamento forçado dos camponeses — os «sátiros silvanos», como lhes chama — para se tornarem combatentes a contragosto; e o descontentamento geral, expresso publicamente por D. António Pinheiro, bispo de Miranda do Douro e pregador da corte. Tudo isto parecia adensar nuvens escuras sobre o futuro de Portugal, prenunciando o desastre de Alcácer-Quibir, quatro anos mais tarde:

Não sei novas da corte, que inquietam:
Nem se é casado el-Rei, ou se aparelha
Armada contra Mouros, ou Africanos;

Se está em Almeirim, se vai, se torna;
Se vem embaixador de estranho reino,
Quem governa, quem manda, ou que se fala
Da privança do bispo de Miranda,
Do seu pregar na corte soltamente.

(vs. 134-141)

Por finais de 1576, ou mesmo já em 1577, é nomeado juiz de fora de Torres Vedras, vila de que era suzerana a Infanta D. Maria (3), irmã de D. João III e tia-avó do soberano reinante, D. Sebastião. Mas da princesa, aclamada geralmente como animadora da cultura do seu tempo, não há qualquer memória nos seus versos. Verdade é que a Infanta faleceu, pouco depois, a 10 de Outubro de 1577.

Desta permanência de Falcão de Resende em Torres Vedras, ficaram recordações várias. Epigramas latinos que trocava com D. Martinho Soares de Alarcão, o alcaide-mor da vila. E referências não muito entusiásticas às suas actividades de juiz de fora, nas vésperas de Alcácer Quibir, quando o rei D. Sebastião mobilizava compulsivamente pobres rurais bisonhos para deles fazer guerreiros improvisados da sua campanha de África.

O poeta exprime sobretudo queixas pessoais:

Que eu, por não mendicar e lançar pedras
À gente, rendido à fortuna e fado,
Lides julgo e componho em Torres Vedras.
Mal respondido aqui, mal despachado,
Desvalido de amigos e senhores,
Remo já velho um remo tão pesado.

Também ordeno e ajunto os atambores
Dos sátiros silvanos pera a guerra,
E outras ocupações tenho maiores,
Que me impedem lograr do fim da terra
Ora a vista do mar igual e clara,
Ora o rigor da verde e fria serra.

(vs. 184-195)

Estes versos acabados de citar pertencem à «Sátira IV, a Jerónimo Corte-Real em que reprende a má pobreza dos pobres avarentos». O poeta épico Jerónimo Corte-Real pertencia a um círculo de personalidades influentes da sociedade portuguesa do final do século XVI.

A documentação existente mostra que o ordenado anual do juiz de fora de Torres Vedras era de 40.000 réis. E Falcão de Resende queixa-se de que não é suficiente. Por aqui se pode concluir que os 15.000 réis anuais da tença de Camões deviam sê-lo ainda menos.

E já que mencionámos o autor de *Os Lusíadas*, digamos alguma coisa das suas relações com André Falcão. Como e quando se terão conhecido, não é fácil precisar. Tinham amigos comuns como Heitor da Silveira, a quem fizemos referência atrás, companheiro de Camões na Índia e no navio em que o poeta máximo da língua portuguesa regressou a Lisboa. Com menos sorte do que Camões, Heitor da Silveira morreu à vista da capital.

Certamente se conheciam de escritos, Camões e André, mas a sua amizade deve ter-se tornado mais forte, após a publicação de *Os Lusíadas*. Com efeito, na única écloga

que escreveu, André Falcão trata de um pastor Liso (anagrama de Lois = Luís) que

Cantou os Portugueses e altos feitos
Dos seus compatriotas esforçados,
Por terra e mar caminhos nunca feitos:
Novos climas e mares navegados,
Ilhas, rios e costas, promontórios,
Novos reinos por eles conquistados.

(vs. 272-277)

.....
E o que deles cantou, ver desejando,
Seus incansáveis passos d'alta fama
Seguiu, viu e pisou, tudo passando.

(vs. 281-283)

Os dois tercetos iniciais, acabados de citar, referem-se claramente aos *Lusíadas*. E o terceiro dá uma finalidade à ida de Camões para a Índia, que sublima a viagem do poeta: não se trata de um castigo a cumprir, mas de uma intenção deliberada de se familiarizar com o Oriente, cujas rotas marítimas os seus compatriotas desbravavam e cujo comércio procuravam obter à custa de esforços, por vezes heróicos. Isto, sem esquecer o ideal proselitico da expansão do Cristianismo que esteve sempre nas intenções dos monarcas das Descobertas. Aliás, a expansão do Cristianismo era uma poderosa ajuda à expansão política.

Também, sem muito imaginar, pode admitir-se que no círculo dos amigos de Camões, há muito se sabia que

o poeta tinha em mente um poema épico sobre a História de Portugal. E não é improvável que alguns episódios, trechos trabalhados à parte, mas destinados a serem imbutidos na obra de conjunto, circulassem manuscritos entre os seus amigos. E não eram certamente de todo ignorados dos seus inimigos. Se tal aconteceu — e insisto, não é improvável que tenha acontecido — um desses trechos foi o episódio de Inês de Castro.

Entre os versos de André Falcão, referentes a Camões, tem particular significado a «Sátira II, a Luís de Camões, em que repreende os que desprezam os poetas e homens doutos e gastam o seu com truães».

Esta sátira tem sido frequentemente utilizada para discutir se Camões possuiu ou não um grau universitário, se é a ele ou ao autor da sátira que se refere o «bacharel latino» do verso 14 no trecho seguinte:

Vedes o triste (diz aos de seu bando)
Que é bacharel latino, e nada presta,
É poeta, o coitado, é monstro nefando.

Na noite, que mal dorme, ou ardente sesta,
Compõe sonetos por seu passatempo,
E sua pequice em versos manifesta.

(vs. 13-18)

.....
Ande o pobre poeta um doudo feito,
Mendicando o comer e os consoantes,
Compondo seus poemas sem proveito.

Bem tenho eu (diz o vil) por mais galantes
Os truães e chocarreiros com guitarras
Que aplazem aos reis, aos príncipes e infantes.

Estes, alegres, com c'roas de parras
Festejam Baco e Ceres todo o ano,
E o prazer têm seguro a quatro amarras.
Nunca lhes falta o pão, o calçado e o pano.
Seja um doudo, é Dom Félix, Dom Briando,
E, bem que parvo, é ciceroniano.

(vs. 40-51)

Não vale a pena discutir a questão que foi tratada em outro lugar ⁽⁴⁾: Falcão de Resende era «bacharel latino» ou bacharel em Artes, numa altura em que o latim era o fundamento de toda a cultura universitária. Mas é possível que o título fosse atribuído pelo vulgo a quem tinha uma superior bagagem cultural, mesmo sem a posse do título de facto.

As telenovelas brasileiras mostram com que facilidade se dá hoje o título de «doutor» no Brasil a pessoas incultas que visivelmente nunca estudaram numa escola superior. Basta a aparência de um certo nível económico.

Estes versos acabados de citar revelam o pendor muito nítido de André Falcão para a crítica social.

Ainda entre os seus parentes na Índia, com quem Camões pode ter estado em contacto, se conta um António de Resende que talvez seja o mesmo a quem Camões se refere na «Carta IV: de Lisboa a um amigo em que lhe dá novas da cidade» ⁽⁵⁾, como um dos companheiros de estroinice. Talvez que a exuberância de temperamento tenha encontrado desafogo na Índia, como, aliás, a exuberância do próprio Camões.

A este seu irmão, que vivia na Índia, escreve André:

Irmão, dos cinquenta anos já passámos
Dous que inda temos vida trabalhosa,
De dez que em boa família nos criámos.

Em Évora, cidade populosa,
Nascemos dez em rica e nobre casa,
Numa conversação doce e amorosa.

Esta carta em verso deve ter sido escrita depois de 1577, talvez mesmo depois de Alcácer-Quibir (1578) e da conquista de Portugal por Filipe II de Espanha (1580).

A saudade dos bons tempos do passado influiu com certeza na visão cor-de-rosa dos anos da infância, pois, se pode admitir-se que a família de Jorge de Resende, pai de André Falcão, era considerada nobre, já não é tão fácil acreditar-se que fosse rica. Mas a noção de riqueza é muito subjectiva: em anos de dificuldades económicas para a população, não obstante as moedas de ouro que circulavam, em anos de abandono dos campos, de pestes dizimadoras, quem tinha o bastante para viver talvez fosse olhado como rico. Entretanto, a queixa mais ouvida nos versos de André Falcão é a da sua pobreza.

Na crise de 1580, o poeta esteve com o seu amigo D. Martinho Soares, alcaide-mor de Torres Vedras, partidário declarado de Filipe de Espanha, e com a maioria da classe nobre e culta do País. D. Filipe resgatara os nobres prisioneiros de Alcácer Quibir e o seu agente em Portugal, Cristóvão de Moura, futuro marquês de Cas-

telo Rodrigo, distribuía dinheiro e promessas aos notáveis lusos, para quando o seu patrão fosse a cabeça do reino unido de Espanha e Portugal.

Na situação de dependência em que se encontrava dos poderes do Estado, na sua consciência de jurista que podia achar legítimo o direito de Filipe ao trono português, sob a pressão exercida pelos amigos e na esperança de melhores dias futuros, André Falcão de Resende inseriu-se na nova ordem. Uma primeira prova poética deste facto está no romance que compôs à entrada de Filipe de Espanha em Lisboa, no dia 29 de Junho de 1581, reeditado pela última vez por José Maria Viqueira em *Biblos* 30 (1955), p. 351 e seguintes. O Doutor Viqueira encontrou no romance, contra o hábito destas composições, uma visível falta de «colorido y alborozo» que, evidentemente, não prejudica o poeta no espírito dos seus compatriotas.

E, como tantos outros, André foi a Madrid tentar uma melhoria da sua situação, por volta de 1587, «com filho, moço e mula» (6).

Em Janeiro de 1588, provavelmente já se encontrava em Lisboa, quando se realizou a procissão das relíquias de santos, trazidas para Lisboa dos países onde o cisma protestante punha em risco a sua conservação. Com efeito, vemo-lo colaborar com oitavas e sonetos, na companhia de Pêro de Andrade Caminha, Diogo Bernardes, Luís Franco, do licenciado Fernão Rodrigues Lobo e outros, entre os quais o licenciado Manuel de Campos, que foi o editor, na *Relaçam do solene recebimento que se fez em Lisboa às Santas Relíquias que se levaram à*

Igreja de Sam Roque da Companhia de Iesu aos XXV de Janeiro de 1588.

Do ano seguinte, é um texto em prosa, a *Carta que o Autor escreveu a um seu Amigo em que conta a vinda dos Ingleses a Lisboa com dom António Prior do Crato, no ano de mil e quinhentos e oitenta e nove anos*. Se associarmos esta espécie de relatório de campanha, pois Falcão de Resende parece acompanhar as tropas que se opunham a D. António, à circunstância de que, desde Fevereiro de 1586, o juiz de fora de Torres Vedras era outro, podemos admitir que o licenciado André Falcão era então ouvidor, cargo mais elevado na hierarquia da justiça. Certamente, foi mesmo parra tratar da sua promoção na carreira judicial que ele se deslocou a Madrid.

Esta carta de 1589 descreve a marcha das forças inglesas que desembarcaram de uma armada comandada pelo famoso Francis Drake, tomaram Torres Vedras, onde D. Martinho Soares lhes resistiu, e se dirigiram a Lisboa. Acabaram, porém, por embarcar em Cascais sem ter conseguido mover o povo intimidado ou obter o apoio da nobreza e das forças armadas.

A carta-relatório acaba por ser mais favorável aos ingleses, que só faziam mão baixa em alimentos e no bom vinho da região, do que à soldadesca espanhola que pilhava tudo quanto via, como se estivesse em país inimigo e conquistado.

Também a *Carta* permite ver como a revolta dos portugueses contra as forças de ocupação era quase impossível, visto que todos os postos de comando e todas as posições-chave estavam nas mãos dos espanhóis que, por outro lado, evitavam cuidadosamente o contacto directo

dos portugueses com as forças invasoras, fora das vistas dos comandantes espanhóis.

Dois anos depois do desembarque dos ingleses, Falcão de Resende teve novo encontro com os súbditos da rainha Isabel a quem num soneto pouco gentil chama, logo no primeiro verso, «Mísera filha vã de Babilónia», e o resto não é mais amável.

Volta a tratar dos súbditos da rainha protestante no *Romance do sucesso da Armada que foi às Ilhas Terceiras, no anno de 1591*. Publiquei uma edição, com melhor leitura deste romance, no meu livro *Estudos sobre o Século XVI*, 2.^a edição aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. As Ilhas Terceiras são as actuais ilhas dos Açores; e o romance, apesar do seu título em português, é escrito em castelhano.

Y del tercio Lusitano

El Auditor tambien iba

120

Que en tan honrosa jornada

Su vejez no le impedia,

Y su hijo Luís Falcón

Que es d'aquesta compañía.

A velhice do poeta não é exagero, se tivermos em conta a duração média da vida no século XVI: tinha sessenta e quatro anos.

Como se vê pelos versos citados, ia na expedição um seu filho, chamado Luís, que virá a falecer antes de 1599, ano da morte do próprio André Falcão. Sobre a morte de Luís, há um epigrama latino de seu pai no manuscrito 1239 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, de

onde se pode supor que ou era o único filho vivo então ou aquele em que o pai depositava maiores esperanças:

... *patris spes unica pulchrum*
Et facie et animis inuida mors rapuit.

... *esperança única do pai. Belo/ de face e de alma, a morte avara o levou.*

Ainda sobre a situação familiar do poeta, acrescenta-se que D. Leonor de Almada, sua mulher, falecera em Torres Vedras, em 9 de Outubro de 1580 ⁽⁷⁾.

Na expedição naval aos Açores em 1591, houve um acontecimento que fez correr rios de tinta, nos últimos quatro séculos, em Inglaterra. No encontro entre a esquadra espanhola, de que fazia parte uma flotilha portuguesa, e uma esquadra inglesa comandada por Thomas Howard, houve um duelo de morte entre um navio de guerra inglês, que se atrasara, e vários navios espanhóis.

O resultado foi que, depois de afundar dois dos galeões espanhóis que o cercavam, o *Revenge*, comandado por Richarte Campoverde, como lhe chama o nosso poeta, ou Sir Richard Grenville, acabou por ser tomado de assalto, quando a maior parte da sua tripulação estava morta e o próprio Grenville mortalmente ferido.

Este duelo do navio inglês com uma esquadra inteira constituiu durante séculos um dos motivos de orgulho da marinha de guerra inglesa e o poeta laureado Lord Alfred Tennyson, no século XIX, dedicou-lhe a famosa «Ballad of the *Revenge*» ⁽⁸⁾.

O relato de Falcão de Resende é muito interessante, pela vivacidade e pitoresco, e até pela homenagem que ele presta à coragem e determinação do marinheiro inglês:

qual tal vez el bravo toro
que nel cosso se corria
lleno de sangre y corage
que miedo y temor ponía
...l qual algunos lebres
...sosos cometían
mordiscando sus orejas
molestándole aprofia
el toro brama y brauea (...)

340

Este testemunho presencial é mais objectivo que o poema do vitoriano Tennyson, onde não escasseiam fanfarro-nadas patrióticas.

Durante muitos anos se tem perguntado como pôde escapar a esquadra inglesa, apenas com o sacrifício do *Revenge*, quando a espanhola era mais numerosa. Falcão de Resende dá uma das respostas possíveis: a flotilha portuguesa, que ia no encalço dos ingleses, foi por duas vezes mandada retirar e abandonar o combate, sob a ameaça de pena capital para o comandante (9). Sempre o receio de que os portugueses sacudissem o jugo castelhano!

Quatro anos mais tarde, em 1595, segundo o documento que se encontra na Torre do Tombo entre os da chancelaria de Filipe II (10), o poeta obteve a sua aposentação, «auendo respeito a mujta ydade e jndesposiçõ e calidade de Andre falcão de Resende que foi juiz de fora da uilla de torres uedras».

Aposentado como juiz de fora, recebeu de reforma o mesmo ordenado de quarenta mil reis que tivera outrora, em Torres Vedras.

No manuscrito 1239 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, o apógrafo do começo do século XVII que contém as suas poesias, encontra-se uma *Elegia feita pelo Autor sobre o mal da peste, que havia na cidade de Lisboa onde ele estava no anno de 1599; da qual peste ele morreu. E foi a derradeira obra que compôs.*

Esta última peça merece uma leitura completa. Aqui só é possível transcrever dois trechos. No primeiro, onde transparecem reminiscências bíblicas, como já notou o comentador da tentativa de edição do século passado, encontramos o lamento da solidão de Lisboa, qual outra Jerusalém abatida:

Como está triste e só, qual pobre aldeia,
Lisboa, populosa e grã cidade,
De rica e alegre gente que era cheia!

Ah! quem a viu coa sua prosperidade,
Tanta cópia de bens, e a vê agora 5
De males em tão crua tempestade!

De mil cidades outras já senhora,
De bons reis e senhores possuída,
E de vassalos reis possuidora:

Quem a pode ver ora perseguida 10
De tão pestífera e vil pobreza,
E dos seus ricos por imiga havida?

Seu desemparo e dor, sua tristeza
Lamentam pobres sós, e sós padecem:
Fugiu dela o poder e a vã riqueza 15

Ah! poderosos reis, que mais crescem
Lá no alto Céu riquezas, semeadas
Para necessitados, que perecem,
Que sem proveito juntas, mal guardadas
Com avarenta mão, e má cobiça, 20
E com sabida perda cá deixadas!

(vs. 1-21)

Os versos 7 a 9 não representam um exagero patriótico. De facto, capital dum império mercantil, assente sobretudo no domínio das costas marítimas e das ilhas fundamentais à segurança das rotas de navegação, Lisboa tinha recebido os tributos de potentados asiáticos que reconheciam, temporariamente pelo menos, a suzerania do rei de Portugal. E guerreiros portugueses haviam tido em suas mãos, mais do que uma vez, os destinos de reis e de régulos no Oriente. Isto sem falar nos vice-reis da Índia, esses nomeados pelo rei de Portugal, com título talvez um pouco pomposo para o seu domínio territorial efectivo, mas correspondente a uma realidade, durante algum tempo, no domínio dos mares. E o mesmo se diga dos governadores-gerais da Índia.

Falcão de Resende discute seguidamente o problema da riqueza justa, a que serve ao bem comum, matéria que constitui nos seus versos uma verdadeira obsessão.

As culpas do abandono de Lisboa, durante a peste, são atribuídas aos interesses egoístas «da provida vil canalha», isto é, da burguesia comercial, como se os nobres, incluindo a pequena nobreza a que o poeta pertencia, e a camada dos juristas ligados à administração fossem

melhores. Trata-se de um preconceito de classe da parte de um juiz aposentado que critica livremente, mas evita tocar no poder constituído que, ao invés, recebe encómios.

E a elegia prossegue:

De pobres multidão de porta em porta
Por ruas e por arcos jaz morrendo
À fome, ao frio, ou jaz de todo morta. 45

Famélicos e nus estão gemendo,
Rompendo o céu, meninos inocentes,
Os que mais podem, não lhes socorrendo.

Sem pais, sem mães, amigos, nem parentes,
Sem mão ajudadora cá na terra, 50
Dá-lha Deus lá no Céu, lá os tem contentes.

Mas que idade não chora tão cruel guerra?
Que pobre acha socorro, que lhe valha?
Quem val ao vivo? ou quem ao morto enterra?

Sem sepultura jazem, sem mortalha, 55
As terras, céus e ares anojando.
Tão mal provê provida vil canalha!

Que o bom Rei e o bom Prelado dando
Com mui liberal mão acorro a tudo,
Tudo os bons senadores ministrando, 60

Os prevaricadores maus com tudo,
Mal a mal acrescentam, sem temerem
A morte, que consume o povo rudo.

Roubos, insultos e homicídios ferem
Corpos e almas de muitos, que a má vida, 65
Tão morta, antes que a vida eternal, querem.

Tão triste está Lisboa, tão oprimida
D'interiores inimigos e exteriores,
E de poucos amigos socorrida! (vs. 43-69)

Este aspecto da crítica social que é, como dissemos, dos mais salientes na obra de Falcão de Resende, torna a sua leitura extremamente elucidativa para o conhecimento da atmosfera que se vivia em Portugal, no final do século XVI, sob a dominação espanhola.

A sua visão do mundo não é optimista, como pode ver-se em mais este trecho, extraído da *Sátira III, a Diogo Bernardes. Louvando a vida religiosa; e reprende os que se desvelam, buscando o proveito temporal*. O tema é o de um pai que escolhe carreira para os filhos. A primeira profissão em que pensa é a de «chatim». E a ela destina o filho mais velho:

Formado escassamente está no ventre
O miserável êmbrio ⁽¹¹⁾, primeiro 50
Que desta vida nas misérias entre,
Já tem ao filho o pai interesseiro
Para a navegação do Averno ⁽¹²⁾ fundo
Feita a matalotagem e o roteiro.
Nasce o filho primeiro e o segundo, 55
Nasce o terceiro e quarto, nasce o quinto,
A Deus não dá nenhum, todos ao mundo.
Porque dos bens da terra só faminto,
Quanto mais deles tem, mais se amofina,
Pois não gozou os vasos de Corinto ⁽¹³⁾. 60
E assim mandar ordena um filho à China,
Instruto e chatim ⁽¹⁴⁾ já na mercancia,
Nos resgates das Ilhas, Guiné e Mina.
Inábil na cristã filosofia,
Porque o pai cego o tendo por afronta, 65
Diz que qualquer fradinho isto sabia.

Mas contador experto em caixa e conta,
 Sabe comprar barato e vender caro,
 Que pera sua cobiça isto é o que monta. 70
 E já se embarca, e é só seu norte e faro;
 Sempre o negro interesse, e nele a proa;
 Deixa atrás pátria, o pai, e o amigo caro.
 Já o mar bravo aos mimos de Lisboa,
 À vida e alma antepondo a fazenda,
 Dobrando cabos, climas, chega a Goa. 75
 Tira seu fato e faz taverna e venda:
 Trampeia, engana, troca, jura, mente,
 Como um boforinheiro, em fim põe tenda.
 E em que redobre o resto, e que acrescente,
 Sempre ao cabedal, mais se desvela 80
 Por navegar os mares de Oriente.
 Tenta outra vez Neptuno, dando à vela,
 Costeia rios, ilhas, enseadas,
 Faz viagem à China, até dar nela.
 Compra na veniaga as mais prezadas 85
 Mercadorias; e as que traz, vendendo,
 Nas embarcações torna carregadas.
 Mas co dinheiro o amor dele crescendo,
 Faz a cobiça que inda em vão forceja
 As medidas lhe encher, fundo não tendo. 90
 Enfastia avareza tão sobeja;
 A fortuna e o tempo conjurada
 Levantam sobre as ondas má peleja.
 Sopra o tufão com fúria costumada,
 Ergue e mistura o mar com as areias. 95
 De quanto achando vai, não deixa nada.

Os galeões, navios e naus cheias
D'ouro, de prata, seda e gente avara
Ao fundo vão do reino das Sereias.

Desce, e perde-se assi a fazenda cara 100
E o afogado senhor dela ao profundo,
Que até o Cocito ⁽¹⁵⁾ negro enfim não pára.

Ao segundo filho o pai ambicioso decide fazer advogado:

A morte deste avisa ao irmão segundo
Que a pé enxuto siga, e não do Oceano,
Um caminho mais certo e mais jucundo, 105

Um caminho direito, que Ulpiano,
Cévola, outros fizeram e, inda escuro,
Com outros o abriu mais Justiniano.

Dão sentença final, que é mais seguro
(Ou seja enfim direito, ou seja torto) 110

Baldo e Jasão ⁽¹⁶⁾ seguir que Palinuro ⁽¹⁷⁾,
Que este, no mar, da gávea caiu morto.

Essoutros de cadeira em dia claro
Levaram seus navios a bom porto.

E por isso a este filho o pai avaro 115
Quer que em leis se agradeue, até ser nelas
Das bulras e das trampas casa e amparo.

Estuda mais que Cepola *Cautelas*,
Só *de pane lucrando* escreve e trata,
Refaz demandas mil, sem desfazê-las. 120

Intento sempre a juntar ouro ou prata,
Morre em fim mal e pobre este trampista ⁽¹⁸⁾,
Que nunca de ser rico a sede mata.

O terceiro filho será também advogado, mas especializa-se em Direito Canónico:

Ao irmão terceiro o pai faz canonista,
Dos falsos; e por mais te honrar, Mafoma, 125
Depois de em contas ser fino algorista,

À prática mandá-lo assenta a Roma,
Que as decisões da Rota e Cúria veja
E faça de conluios grande soma;

E por manha ou dinheiro, inda que seja 130
Como Simão ⁽¹⁹⁾, que a graça compra e vende,
Trabalhe de adquirir dos bens da Igreja.

E eis o coitado em Roma, e eis só que entende
Em reservas, regressos, benefícios,
E neles rico e visto ser pretende, 135

Não seguindo os bons passos e exercícios,
Que há na cidade cheia d'ossos santos,
Profana o bom, do mau imita os vícios.

Não nota quantos mártires, e quantos
Santíssimos pontífices cobriram 140
O sacro chão co sangue e com seus mantos;

Quão justas e sãs leis instituíram,
Que exemplos e doutrina nos deixaram
Na santa terra, donde ao Céu subiram;

Quanto a pobreza humilde sempre amaram, 145
Quão bem gastaram a lícita riqueza,
Quanto em tudo a cristã regra guardaram.

Fugiram ⁽²⁰⁾ a insaciável avarieza
Que este mau simoníaco seguia,
Té se afogar no lago da tristeza, 150

Porque cego na falsa simonia,
Sobre demandas que sobre isto tinha,
Outros como ele, o mataram mal um dia.

O quarto e quinto filhos tornam-se cortesãos e soldados. Procuram enriquecer, praticando a agiotagem:

A cobiça do pai que, como tinha,
Aos filhos na cabeça se pegava, 155
Ao quarto e quinto ao mau fim encaminha.

Diz que segura a vida assim lhes dava,
Sem ver o triste que era dar-lhes morte,
E quão mal da perpétua os guardava.
E aos dous menores dá por melhor sorte, 160
Que a seu rei soldo e moradia vençam,
Ora na corte, ora na armada coorte,

Mandando-lhe (2¹) sob pena de sua bênção,
Que o seu despendam só com onzeneiros
Que, se uma moeda dão, dez descompensam: 165

Deixem o primor d'honra aos cavaleiros,
Deixem as armas e o ferro, tratem d'ouro,
Que este os fará fidalgos verdadeiros.
Cada um destes avaros, como um mouro,
Vida e tesouro faz té a sepultura, 170
Sem fazer o cristão e bom tesouro:

Tesouro que descansa e sempre dura,
Que das necessidades da jornada,
E dos ladrões que há nela, nos segura;
Tesouro de que vai bem concertada, 175
Ornada e rica a companhia leda,
Para as bodas do esposo convidada.

Triste pois quem mais sobe, dá mor queda,
Pera ir ao centro, e o ouro cá lhe fica,
Em que um e outro herdeiro seu se enreda. 180

E a olhos tapados faz a casa rica,
Qual besta de atafona trabalhando,
Que o pão pera outrem mói e multiplica.

Notar-se-á nesta diatribe que duas das profissões criticadas no seu mau exercício têm que ver com a prática do Direito, nas causas cíveis e eclesiásticas. Com efeito, os juristas, que estavam adquirindo um papel cada vez mais preponderante na sociedade portuguesa e que tiravam o curso mais lucrativo, de quantos ministrava a Universidade de Coimbra, longe de aplanarem os pontos de fricção dessa mesma sociedade, pareciam apostados em exacerbá-los para proveito próprio. E, na linguagem dos humanistas, de *causidici* que deviam ser, haviam-se tornado *causifici*, os «causíficos» ou promotores da discórdia.

Também nesta sátira, Falcão de Resende louva a Igreja na sua alta hierarquia, para ficar à vontade para criticar os seus membros de menor gabarito.

Por outro lado, a exaltação do culto dos santos e das suas relíquias tornara-se também, na segunda metade do século XVI, uma forma de proclamar o catolicismo tradicional contra as correntes protestantes, e de evitar os riscos de intervenção do Santo Ofício, quando era criticado o comportamento dos membros do clero. Isto não quer dizer, todavia, que a atitude do nosso poeta seja insincera.

*
* *
*

Os versos citados até aqui pertencem a uma edição da obra poética de André Falcão de Resende, que chegou a atingir 480 páginas impressas mas não foi concluída. Entre outros incidentes, ocorridos durante a sua impres-

são, perderam-se as notas finais, marcadas, aliás, no texto impresso, por ter morrido quem as redigira ou estava para redigir. Estas notas vão até à página 269. A partir daí, desaparecem.

Foram muitas as vicissitudes por que passou esta edição, desde que o manuscrito de Falcão de Resende foi encontrado numa farmácia de Guimarães, em Janeiro de 1800, quando estava para ser usado para embrulhar pílulas. Ao ser resgatado, já tinham levado esse destino as folhas finais que continham parte da *Carta* em prosa sobre o desembarque de D. António, prior do Crato, com os ingleses a que atrás nos referimos.

O manuscrito encontra-se hoje em estado de decomposição progressiva na Biblioteca da Universidade de Coimbra onde tem o número 1239. É um apógrafo do final do século XVI ou primeiros anos do século XVII, onde alguém copiou e reuniu os versos que encontrou do poeta, exprimindo num caso, o da *Epístola a D. Francisco de Meneses*, de que atrás se transcreveram alguns passos, a dúvida de que pertencesse ao poeta, mas afirmando que a encontrara entre os seus papéis. O conteúdo e o estilo, todavia, estão na linha de toda a restante produção de Falcão de Resende.

Uma cópia do manuscrito 1239, feita por Joaquim Inácio de Freitas, no século XIX, e existente na mesma biblioteca, recebeu o n.º 1238. É um manuscrito de leitura muito difícil, devido à sua letra miudinha e floreada, e o seu texto deve ser encarado com reservas.

As vicissitudes da edição inacabada de 480 páginas foram expostas no artigo que publiquei em *Biblos*, revista

da Faculdade de Letras de Coimbra, n.º XXVII, 1951, com o título de «Breves Notas sobre André Falcão Resende: a edição de Coimbra e os manuscritos», depois incluído no meu livro *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969.

Voltei a ocupar-me da necessidade de uma edição do poeta, na comunicação apresentada ao «Colloque International de Critique Textuelle Portugaise», realizado em Paris, de 20 a 24 de Outubro de 1981, por iniciativa do «Centre Culturel Portugais» da «Fondation Calouste Gulbenkian». Nas *Actes du Colloque*, publicadas cinco anos mais tarde, vem nas páginas 227 a 234, com o título de «Para a edição da obra poética de Falcão de Resende».

Além do livro incompleto de poesias, hoje relativamente raro, algumas foram publicadas em jornais e revistas do século passado, enquanto decorria a tentativa de impressão do mesmo livro. Anteriormente, fora impressa a *Microcosmografia e descrição do mundo pequeno que é o Homem*, poema que, durante algum tempo, no século XVII, chegou a ser atribuído a Luís de Camões. A sua edição mais recente verificou-se na revista *A Cidade de Évora*, 17-18 (1949) e seguintes, sob a responsabilidade de J. Flório de Oliveira.

O melhor estudo sobre esse poema, do ponto de vista dos conhecimentos médicos, deve-se ao Prof. Doutor Luís de Pina em «A cultura anatómica em Portugal no século XVI e a *Microcosmografia* de André Falcão de Resende», *O Instituto* n.º 107, Coimbra, 1946, de que existe separata.

Os versos em espanhol foram publicados por Domingo García Perez, *Catálogo Razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, 1890. Sobre estas publicações em espanhol, ver o artigo «O poeta quinhentista André Falcão de Resende» que escrevi para *Humanitas* IX-X (1957-58), sobretudo nas pp. 119-120. Este artigo foi posteriormente reimpresso nos meus *Estudos sobre a Época do Renascimento*, atrás referidos.

Pela leitura atenta que fiz do *Romance da Armada que foi às ilhas Terceiras no ano de 1591*, de que imprimi uma edição melhor nos meus *Estudos sobre o Século XVI*, 2.^a edição aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pude verificar que os textos em espanhol, tais como os publicou García Perez, não merecem qualquer confiança.

A *Carta que o Autor escreveu a um seu Amigo em que conta a vinda dos Ingreses a Lisboa com D. António Prior do Crato no ano de mil e quinhentos e oitenta e nove anos* saiu no *Archivo Bibliographico da Universidade de Coimbra I* (1901).

*

* * *

Inicialmente, despertou-me o interesse por Falcão de Resende o encontro com as suas traduções em verso, de Horácio, a saber, a sátira IX do livro I, o epodo II e trinta e três odes escolhidas nos quatro livros de odes do Venusino.

As traduções de Horácio estão entre o melhor que o poeta português escreveu. Por serem em verso rimado, são naturalmente parafrásticas em relação ao original, mas ocasionalmente versões bem conseguidas.

Vejamos a ode XI do livro I, aquela em que ocorre a conhecida expressão *carpe diem*, «colhe o dia, aproveita o tempo que passa»:

Não queiras saber quando
Terão fim, ó Leucótoe, nossas vidas,
Por números contando
E babilónias sortes proibidas
Quais hão de ser, se curtas, se compridas;

Se o escuro lago Averno
Havemos de ir passar, se tarde ou cedo,
Se neste hórrido inverno
Que quebra o mar no duro e alto rochedo,
E seu rigor nos põe espanto e medo.

Será melhor aviso
O são vinho gostar e a vã esperança.
Da vida em festa e riso.
E pois que a idade e o tempo faz mudança,
Logra o presente e no porvir não cansa.

O final do poema merece uma observação:

*Dum loquimur, fugerit inuida
Aetas: carpe diem, quam minimum credula postero.*
«Enquanto falamos terá fugido o tempo avaro.
Aproveita o dia de hoje, confiando o menos possível no amanhã.»

Este final mostra como a última frase, com *carpe diem* traduzido exemplarmente por «logra o presente», adere ao texto latino, mas na frase anterior a tradução, embora correspondendo ao pensamento de Horácio, é menos fiel. Em todo o caso, o resultado aparece como um belo poema em português. Ainda no último verso, o imperativo negativo «não cansa» mostra que esta construção não é um brasileirismo, como hoje se pensa.

Por vezes, a tradução surge mais livre, como no final da ode IV do livro I, uma das odes horácianas da Primavera (22):

*Nec tenerum Lycidam mirabere, quo calet iuventus
nunc omnis et mox uirgines tepebunt.*

«Nem admirarás o delicado Lícidas, por quem os jovens se entusiasmam agora e amanhã as raparigas sentirão calor».

Este dístico final da ode IV do livro I de Horácio é assim «moralizado»:

Nem das fermosas damas os toucados
Ricos, louros topetes,
A ti espantarão tanto,
Quanto o mortífero e infernal quebranto.

Outra tendência, aliás comum a outros poetas quinhentistas, é a de cristianizar conceitos e de substituir exemplos da tradição greco-latina, por exemplos cristãos.

Assim, na ode III do livro III, nos versos 9 e 16, em que são enumerados alguns dos que por seus méritos

foram elevados ao Olimpo, como Pólux, Hércules, Augusto, Baco e Quirino, as figuras concretas dos versos horacianos são substituídas por conceitos cristãos:

Tais se mostraram quantos
Com pura vida e luz a Deus seguiram:
Tais os felizes Santos,
Que aos Céus por caridosos graus subiram,
Indo lá pelo atalho
Do desprezo do mundo, e do trabalho.

Esta cristianização de Horácio ocorre regularmente nos quinhentistas, em António Ferreira e Camões, por exemplo, mas em composições poéticas que contêm reminiscências horacianas. Aqui, como acaba de ver-se, nas próprias traduções.

Ainda um exemplo mais.

Uma subtil mudança do ângulo do observador transforma a frívola e erótica ode a Ligurino (x do livro IV), carregada de ecos do elegíaco grego Tógnis (VI século a. Cristo) e da *Antologia Palatina* num breve poema de reflexão quase cristã:

A fugitiva idade
Que ora te alegra, e a todos desengana,
Quando a flor te murchar da mocidade,
E os teus crespos cabelos
D'ouro, te fizer já de prata vê-los;
Dirás, vendo-te ao espelho:
Oh! esquivia condição, que em moço tinha,
Porque agora não tenho, cego e velho?
E a esta errada e vã vontade minha
Já que o poder se esconde,
Porque a figura à vida não responde?

A terminar, creio que pode admitir-se que, embora modesta, a obra de Falcão de Resende, na sua variedade de temas e situações, como na multiplicidade das informações que proporciona, é indispensável para uma melhor compreensão da mentalidade do final do século XVI português.

ANTOLOGIA

Ao Marquês de Vila Real, mandando-lhe o
Cancioneiro Português

Com rezão e bom conselho
Vão a Vossa Senhoria
Nobreza e galantaria
Do bom Portugal o velho,
Pois não pode o tempo avaro
Tirar nunca a Portugal
Ser de todos honra e amparo
A casa de Vila Real (²³).

Este *Cancioneiro* antigo,
Quem o manda e quem o fez,
Em o bairro do Marquês,
Busca o bom amparo e abrigo.
E se é decrépito e rudo
O livro, inda assim lhe apraz,
Vossa Senhoria em tudo
A todos nos satisfaz.

Ao Conde de Vila Nova ⁽²⁴⁾, partindo-se o autor de Madrid

Bem que quisera partir-me,
Inda mal, e inda males,
Que não posso ir sem reales,
Nem com cem reales ir-me.
Sou mendicante professo;
E ora por carta d'El-rei
O sou mais; não repliquei,
Mas nunca de pedir cesso.

Em pedinte velho e antigo
Se me Deus privilegiou,
Já'gora por carta o sou,
Que agora só vai comigo.
E se eu no corpo tivera
Asas, que no nome tenho,
Ou de Dédalo o engenho,
Já daqui voar pudera.

Mas reales, se asas são,
Sem eles quem voará?
Nem com cem reales já,
Que voam, como se dão.
Sem outro dinheiro algum,
E com filho, moço e mula,
É bem que não vá com gula,
Mas nem também em jejum.

Deve Vossa Senhoria,
Já que a todos nos acode,
E sempre quer isto e pode,
Curar tal mendicaria:
Lembre ao senhor Dom Cristóvão (25),
Pois com ele fala e come,
Que se muito aperta a fome,
Até papagaios trovam.

Que se em meu despacho achei
A mercê muito apertada,
Não devo ir esta jornada
Mais pobre do que cheguei.
E sei que se bem me ouvira,
Ouvira o coração claro,
Me tomara em seu amparo,
E eu mais rico me partira.

Microcosmograpia e Descrição do Mundo Pequeno que é o Homem. Feita pelo Lecenciado André Falcão de Resende. Derivada ao Duque de Aveiro que morreu em África.

Canto Primeiro

I

Na mais fresca e aprazível parte do ano,
A Vénus dos antigos dedicada,
Vénus, amor de Marte e de Vulcano,
Formosa estrela, do ar e terra amada;
Por cujo influxo amigo e sobreumano
Se mostra a Primavera namorada,
Guiando a destra mão da Natureza
O Sumo Criador da redondeza:

II

Quando a liberal terra, e agradecida,
Co'a humidade do céu e temperança,
De verde e vário esmalte revestida,
Mostra dos doces frutos a esperança;
E em toda a planta e árvore florida,
Com coroa odorífera a Avondança
Então parece mais ornada e bela
No vigor brando da amorosa estrela:

III

E em sua liberdade as vagas aves,
Com ledto canto o ar sereno enchendo,
As manhãs saudosas mais suaves
E aprazíveis do fresco Abril fazendo,
Convidam a doce sono os corpos graves,
Em leves sonhos vão os entretendo,
Ajuda o rouco som da clara fonte,
Que ao verde prado desce do alto monte:

IV

Em uma manhã destas, pronto e experto
Me detinha um profundo e são cuidado
Da estranha providência e auto concerto
Do Criador em tudo o que há criado:
Como depois de dar número certo
E ordem ao mundo esférico formado,
Formou logo com seu saber profundo
D'alto artifício outro pequeno mundo.

V

Que assim como fez só pela virtude
 De sua alta palavra lá de cima
 Daquele grande caos desforme e rude
 Da vazia e da vã matéria prima
 Com certa ordem, e tal, que não se mude,
 Os céus de grão vigor, virtude e estima,
 E os elementos vários corruptíveis
 Em suas qualidades compassíveis:

VI

E assim também como em cada elemento
 Formou diversos corpos de mistura,
 Vários na criação e nascimento,
 No ser, na condição e na figura:
 Às aves dando o ar por quase assento,
 Aos peixes água, aos brutos terra dura,
 E das quatro compostas qualidades
 Tantas fez d'animais diversidades;

VII

Como depois de tudo ultimamente
 Da terra n'um lugar mais fresco e ameno
 Quis criar e formar, distintamente
 Daqueste grande mundo, outro pequeno,
 Também em duas partes diferente,
 Numa delas caduco, vão, terreno,
 Noutra esp'rito imortal, alto, divino,
 De razão e do Céu capaz e dino.

VIII

Que como no céu quarto o ilustre faro,
Aquele olho do mundo luminoso,
De toda luz visível fonte e amparo,
Corre como gigante e alegre esposo,
Assi o entendimento, outro sol claro,
Neste mundo menor e artificioso
Lustra na parte dele mais superna,
Discorre com sua luz tudo e governa.

IX

E quais os animais inferiores,
Seu apetito só brutal amando,
Na baixa e escura terra habitadores,
Só dela os gostos vão andam buscando,
Tal no baixo e vil homem superiores
A razão se os sentidos vão mandando,
Razão que diferente o faz da fera,
D'espiritual em bruto degenera.

X

Porque, em que o fez do mais baixo elemento,
Deu-lhe mil perfeições em abastança,
Deu-lhe alma racional e entendimento,
E fê-lo em fim à sua similhaça;
De todo o outro animal, do baixo assento,
Lhe deu o senhorio e governança;
Tudo lhe sujeitou debaixo os pés,
Deixando-o só sujeito a quem o fez.

XI

Este pequeno mundo, homem chamado,
Prevaricando em sua obediência,
Do paraíso, em que estava, foi lançado,
Perdendo o bom estado da inocência.
Mas nunca do Senhor desamparado,
De seu pecado em fim fez penitência,
Trocando a vida alegre em morte dura,
Até vir Deus tomar sua figura.

XII

Deus fez-se homem, Deus sumo, onnipotente,
Na pessoa do Filho tão subida;
E ao mundo amou d'amor tão eminente,
Que a própria vida deu, por dar-nos vida:
Mortal, humilde, em fim pobre paciente,
Sofreu pregado ser n'ũa cruz erguida,
Com mil dores, tormentos e desonras,
Pera aos homens subir a eternas honras.

XIII

Mas d'entre os mortos logo ressurgido
Com glorioso corpo triunfante,
E ao Empíreo c'os Santos seus subido
Na união da Igreja militante,
Deixou ao homem, por seu sangue remido,
De suaves remédios já abundante,
Com que, vencendo sempre com vitória,
Pudesse entrar na pura e eterna glória.

XIV

Nesta imaginação assim passando
Estava eu a manhã dum fresco dia,
Quando me em licor húmido banhando,
O lento sono já me adormecia;
E daquilo, que estava imaginando,
As espécies tomando a fantasia,
Sonhava um sonho assás estranho e doce,
Dado que verdadeiro e certo fosse.

XV

Porque, quanto os sentidos interiores
Em sua figura assim me representavam,
Me parecia ser que os exteriores
Em tudo claramente ali o tratavam:
Cousas maravilhosas e maiores
Que o humano entendimento, me mostravam
Como aqui mostrarei, se cópia tanta
Me conceder cantando a Musa santa ⁽²⁶⁾.

XVI

Já todos meus espritos sensitivos
Dos húmidos vapores congelados
No frio cérebro, onde estavam vivos,
Pareciam de todo sepultados;
E impedindo-me as obras dos motivos
Membros, quedos mos tinha e repousados
O Sono, vindo da Ciméria ⁽²⁷⁾ cova,
Por me mostrar visão tão doce e nova.

(...)

ODA: a D. Anrique de Meneses

Dos ilustres Meneses,
Daquele Real tronco e tão antigo,
Honra dos Portugueses,
Espanto ao Mouro imigo,
De tão florido ramo, fruto amigo:

Bem que se verifique
Em ti do oriental raio o efeito raro,
Teu grande avô Anrique,
Na Europa alegre e claro,
Na África e na Ásia estrago horrendo e caro,

Fazes como acontece,
Quando o ar se nos mostra cego, escuro,
Que à terra não parece
Do céu lume algum puro,
Com quanto nele está firme e seguro:

E assim tens escondidas,
Como estrelas, do mau tempo encobertas,
Em tua alma oprimidas
As perfeições tão certas,
Com que a todos alegras e despertas.

E qual claro luzeiro
Do nosso novo sol, tão sem segundo,
Sebastião Primeiro,
Resplandecente ao mundo,
Não só de Lusitânia olho jucundo,

Que os raios derramando
Da fresca Cintra ao mar, de poucos visto,
Mar e terra ilustrando
Do Antártico a Calisto (28),
Do Português leal ao Chim previsto.

E que seu braço armado
A idade inda mostrar-lhe não permita,
Nem seu Real estado,
As armas, com que incita
Aos seus, em monte, em caça as exercita.

Tu, que seus passos segues,
Com Febo as brandas Musas ora vendo,

Ora as feras persegues,
Qual Marte em monte horrendo,
Adonis belo em força e armas vencendo;

Ora em mais brando jogo
A tua alma, e em mais doce exercício,
D'amor no puro fogo,
Que gasta todo o vício,
De ti fazes honroso sacrifício.

Aquele vivo templo,
Aposento d'amor e formosura,
De perfeições exemplo,
Claríssima figura,
A par de quem toda outra luz é escura:

Seja tal bem amando
Pera ao amor do Sumo Bem guiar-te,
E neste a alma apurando,
Pera mais levantar-te
Ao Céu, e da baixa terra desviar-te.

A aspereza do monte
Solitário, e o rigor da caça insana
Não te transforme e afronte,
Vendo nua a Diana (²⁹),
Que o demasiado extremo é vício e dana.

E em seu lugar e tempo,
O exercício louvado é, e devido,
Lícito o passatempo;
Mas se é descomedido,
O tempo, e quem o mal gasta, dá em perdido.

ODA XXI
DAS DE HORÁCIO
Lib. II Od. XIV. *Ad Postumum*
Eheu, fugaces, Postume, Postume

Com que presteza, ah! Póstumo, voando
Os fugitivos anos
Da breve vida, atrás nos vão deixando
Os vãos gostos mundanos,
Sem que o ser pio detenha
A velhice, ou a morte, que não venha!

Nem, por mais que ter queiras aplacado
Cada dia, ou cada hora,
Com touros trinta ao deus em vão rogado
Plutão, que nunca chora,
Que oprime em choro eterno
A Tício e a Gerion no lago Averno;

No fundo lago, ao qual forçadamente
Há de ir o aldeão pobre,
E o rico, e o soberbo rei potente;
E quantos o céu cobre
Em toda a terra dura,
Hão de ir ver do Cocito a água escura.

Nem basta a algum fugir ao fero Marte,
Do mar e vento à fúria:
Nem basta estar em são lugar, e em parte,
Que do ar não tema a injúria,
Pera não ir ver cedo
As Dánaes e de Sísifo o penedo.

Cá a mulher deixarás, que mais quiseste,
A casa, o campo amigo;
Somente o funeral, triste acipreste
À cova irá contigo,
Das árvores que amaste
E do mais que vivendo grangeaste.

Consumirá teu principal herdeiro,
De ti pouco lembrado,
O teu Falerno fino de bom cheiro,
A mil chaves guardado,
Pelo chão to vertendo,
Ceias pontificais nisto vencendo.

Oh perversa, oh imiga, oh má cubiça, 25
 Raiz de tantos males! oh tirana,
 Cruel, que ao mundo todo enreda e enliça!
 A quem aquesta falsa não engana?
 Quem com ela as virtudes, são intentos,
 E as inclinações boas não profana? 30
 Chega e revolve alma e os pensamentos,
 Com pés de lã, de todo o mal se apossa,
 Entra em paços reais, pobres conventos.
 Na casa humilde, na fazenda grossa
 Comete todo estado esta atrevida, 35
 Da monarquia até a pastoril choça.
 Sempre anda duma vida noutra vida
 Como um feteusim (³⁰) e perpétuo foro,
 Ficando imortal quase nesta vida.
 Querer cada um acrescentar seu foro, 40
 Sempre mal cubiçando d'hora em hora,
 Cousa é de riso, antes de pranto e choro.
 Se esta vida mortal, imortal fora,
 E a morte a não atalhara e a sepultura,
 Inda a cubiça mais avante fora. 45
 O que se tem por de melhor ventura
 Por herdar grandes rendas e morgados,
 O rei, o duque, o conde, o chantre, o cura,
 Desvelando-se sempre, os seus cuidados
 São haver mais e mais, e mais em cima, 50
 Por mais milhões que tenham bem guardados.
 Despreza o bom tesouro lá de cima,
 Que juntar podem grandes e pequenos,
 Somente o ouro, ou o que val ouro, estima.

Menos a prata val, que o ouro; e menos 55
Val que a virtude, o ouro; e mais seguro
Se pode grangear ela, e com menos.

Mas com véu vergonhoso, cego e escuro,
Nos tapa os olhos da alma a imiga fera,
E o claro e o bom trocamos pelo impuro. 60

Quem de nada nos fez, tudo nos dera,
Se mais, do que deu, fora necessário.

Ah! quem nesta verdade estar pudera!

Deus, quando o mundo fez, como em sumário,
No homem o cifrou; quis que alcançasse 65
Ser, viver e sentir e entender vário;

A pedra, que em seu ser se conservasse;
A pranta, em ser e seu viver cumprido;
No animal, ser, viver, sentir se achasse.

Ao homem privilégio mais subido 70
O bom dador de tudo concedeu,
Além do ser, viver, e do sentido.

De terra, c'os pés nela e olhos no céu,
Dando-lhe alma imortal, contemplativa,
O fez, e de razão o guarneceu. 75

Quis que de terra cá na terra viva,
Caminhando na vida transitória
Apercebido pera a sempre viva.

Nesta alma racional, pera ir à glória,
Divinamente pôs as três potências 80
Vontade, entendimento e a memória;

Com as quais alcançar as excelências,
As virtudes e os hábitos devemos,
Dignas obras fazendo e diligências:

E dos bens temporais quantos mais temos 85
 E espirituais, pera bem empregá-los,
 Tanta maior obrigação teremos.

Os bens que nos dá Deus, é pera dá-los
 A quem os há mister; e mais nos ficam,
 Quanto queremos mais comunicá-los. 90

Os avaros que os guardam, os danificam;
 E aos miseros pobres os negando,
 Ao Senhor, que lhos dá, não gratificam.

E vão a esta avareza acrescentando,
 Crescendo o ouro e faltando a caridade, 95
 Estarem sempre aos tristes afrontando.

E não só no trabalho e adversidade,
 Que os oprime, não lhe valem e prestam,
 Acudindo-lhes à necessidade;

Mas os desonram ainda e os doestam, 100
 Deixando-os muito mais desconsolados,
 E com palavras e obras os molestam.

E nós cativos, fracos e obstinados,
 Que vendo o bom, sempre o pior seguimos,
 Cursando trás o mal a olhos cerrados, 105

C'um apetito cego cubiçamos
 O que nos pede a carne em nosso dano,
 E o que mais nos empece mais amamos.

Quem não entende esta cegueira e engano
 Da vida sensual, d'excessos cheia? 110
 Quem dela em fim não vê o grande engano?

(...)

SONETO

A uma dama que lia por o livro de Francisco de Sá de Miranda

Quem não louvará muito em toda a hora
O Sá de Miranda, nunca assás louvado,
D'engenho, estudo, estilo alto e apurado,
E sobre tudo tão ditoso agora,

Que é do puro alabastro assim, Senhora,
De vossas delicadas mãos tocado,
Dessa voz doce ora pronunciado,
No seio d'alva neve posto outr'ora?

Pirâmides, sepulcros sumptuosos (³¹),
Edifícios, que em fim o tempo gasta,
Tanto sem fim não fazem sua memória,

Quanto a luz desses olhos tão formosos,
Que graça e vida dar a tudo basta,
E a mim dão vida e morte, pena e glória.

SONETO

Ao Príncipe Alberto (³²), em quatro línguas

Claríssima, real, firme coluna
Del nostro inferno regno lusitano,
Puesta d'Hercules pio por la mano,
Inter minores quasi stellas luna!

Possa mais teu bom ser, que a má fortuna
Del popol languidetto e per te sano,
Pues la luz del sol justo y soberano
Splendescit in te luce opportuna.

Aquele universal médico sara
La lepra al pover, quando solo l'odi,
Si vis, Domine, potes me mundare.

A língua e alma contrita a Deus é clara;
Per suoi servi e ministri e per tai modi
Responsio afflicto sit, volo mundare.

NOTAS

(¹) Cf. A. Costa Ramalho, «Sobre o 'Mostrengo' de Fernando Pessoa», *Littera*, 15, Rio de Janeiro, 1976, 50-54.

(²) Gabriel de Paiva Domingues, *Oração de André de Resende, pronunciada no Colégio das Artes em 1551*. Reprodução fac-similada, leitura moderna, tradução e notas. Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1982.

(³) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Sebastião, L.º das Doações ...*, n.º 40 fl. 297 rº e v.º: «... tudo he outro tanto como tinha com o dito offiço a custa da Iffante dona maria, minha tia que santa gloria aja sendo ela viva ...» Documento datado de 11 de Dezembro de 1577 que se encontra transcrito na *Miscelânea* nº 1488 da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

(⁴) Cf. A. Costa Ramalho, «Recensão de José H. Saraiva, *Vida ignorada de Camões*, Lisboa, 1978» em *Humanitas* xxix-xxx, Coimbra, 1977-78, 286-287.

(⁵) Luís de Camões, *Obras Completas. Com prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade, vol. III: Autos e Cartas*, Lisboa, Sá da Costa, 2.ª edição, s. d., 259-264. A referência a António de Resende vem na p. 264.

(⁶) Cf. adiante p. 40.

(⁷) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro 1º de S. Pedro de Torres Vedras, de 1578 a 1595*. Devo esta informação ao Prof. J. Veríssimo Serrão.

(⁸) Cf. A. Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Coimbra, 1969, 273 segs.

(⁹) Ver o romance publicado com maior rigor nos meus *Estudos sobre o Século XVI*, Lisboa, 21983, 286-287.

(¹⁰) *Livro das Doações* ... n.º 2, f. 84.

(¹¹) Do grego *émbryon*, port. *embrião*.

(¹²) Lago da Campânia, em Itália, onde os poetas latinos colocavam a entrada do Inferno; poét. o Inferno.

(¹³) Em latim, *Corinthia vasa*. Eram famosos os vasos de Corinto, cidade grega célebre na Antiguidade, pela sua riqueza e vida licenciosa.

(¹⁴) Palavra indiana que significava na origem «comerciante». O significado degradou-se posteriormente. De *chatim*, vem *chatinar*.

(¹⁵) Rio do Inferno greco-latino.

(¹⁶) Giasone del Maino (1435-1529), jurista italiano. Juristas são também Ulpiano, Cévola, Baldo, Cepola; e o imperador Justiniano (482-565) que fez compilar o Direito Romano. *Cautela* é uma expressão jurídica; *de pane lucrando* significa «sobre como ganhar o pão (= dinheiro)».

(¹⁷) Palinuro é o piloto de Eneias na *Eneida* de Virgílio.

(¹⁸) Advogado enganador e desonesto; de *trampa*, «ratocira» (cf. o inglês *trap*), «ardil».

(¹⁹) Simão o Mago (*circa* 37) que quis comprar a posse de poderes divinos. Donde, *simonia*, *simoníaco*.

(²⁰) Em português antigo, o verbo *fugir* é transitivo, como em latim.

(²¹) *lhe* = *lhes* (antigo e, ainda hoje, popular).

(²²) Cf. A. Costa Ramalho, «Três odes de Horácio em alguns quinzentistas portugueses», *Estudos sobre a Época do Renascimento*, 318-332.

(²³) Os fidalgos da Casa de Vila Real estavam entre os mais cultos do País e tiveram um papel importante na introdução do Humanismo Renascentista em Portugal, no final do século XV. Ver sobre D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, e D. Pedro de Meneses, seu filho, conde de Alcoutim e, mais tarde, 3.º marquês de Vila Real, os índices onomásticos dos meus livros, *Estudos sobre a Época do Renascimento* e *Estudos sobre o Século XVI*. Aqui trata-se certamente do 5.º marquês, D. Manuel de Meneses.

O *Cancioneiro Português* deve ser o de Garcia de Resende, publicado em 1516.

(²⁴) Provavelmente, D. Manuel de Castelo Branco, 2.º conde de Vila Nova de Portimão. Cf. A. Costa Ramalho, «D. Martinho de Castelo Branco, morto em Alcácer Quibir», *Humanitas* XXXVII-XXXVIII (1985-86), 281-283.

(²⁵) D. Cristóvão de Moura, valido de Filipe II de Espanha (I de Portugal), futuro marquês de Castelo Rodrigo.

(²⁶) Cf. Luís de Camões, *Lus.* I, XV, 7-8: «Cantando espalharei por toda parte/Se a tanto me ajudar o engenho e arte».

(²⁷) Os Cimérios eram um povo fabuloso que vivia envolto em sombras.

(²⁸) Ninfa que engravidou de Zeus (Júpiter). Ártemis (Diana), a cujo séquito ela pertencia, metamorfoseou-a em *ursa* (gr. *árktos* > Árctico). Aqui Pólo Norte.

(²⁹) Alusão ao mito de Actéon que, tendo visto Diana nua, foi pela deusa transformado em veado e, seguidamente, devorado pelos seus próprios cães. Cf. A. Costa Ramalho, «O mito de Actéon em Camões», *Estudos camonianos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, ²1980, 45-72.

(³⁰) O mesmo que «enfiteuse», contrato transmissível por herança.

(³¹) Reminiscência do começo da ode 30 do livro III de Horácio.

(³²) Sobrinho de Filipe I, governou Portugal como vice-rei, de 1583 a 1593.

As quatro línguas do soneto são português, italiano, espanhol e latim, nas quadras; português, italiano e latim nos tercetos. D. Carolina Michaëlis considerava Falcão de Resende o introdutor em Portugal da moda dos sonetos em várias línguas.

COLECÇÃO ESSENCIAL

1. *Irene Lisboa*
por Paula Morão
2. *Antero de Quental*
por Ana Maria A. Martins
3. *A Formação da Nacionalidade*
por José Mattoso (2.^a edição)
4. *A Condição Feminina*
por Maria Antónia Palla
5. *A Cultura Medieval Portuguesa*
(Séculos XI e XIV)
por José Mattoso
6. *Os Elementos Fundamentais*
da Cultura Portuguesa
por Jorge Dias
7. *Josefa d'Óbidos*
por Vitor Serrão
8. *Mário de Sá-Carneiro*
por Clara Rocha
9. *Fernando Pessoa*
por Maria José de Lancastre
10. *Gil Vicente*
por Stephen Reckert
11. *O Corso e a Pirataria*
por Ana Maria Pereira Ferreira
12. *Os «Bebés-Proveta»*
por Clara Pinto Correia
13. *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*
por Maria Assunção Pinto Correia
14. *O Cancro*
por José Conde
15. *A Constituição Portuguesa*
por Jorge Miranda
16. *O Coração*
por Fernando Pádua
17. *Cesário Verde*
por Joel Serrão
18. *Alceu e Safo*
por Albano Martins
19. *O Romanceiro Tradicional*
por João David Pinto-Correia
20. *O Tratado de Windsor*
por Luís Adão da Fonseca
21. *Os Doze de Inglaterra*
por Artur de Magalhães Basto
22. *Vitorino Nemésio*
por David Mourão-Ferreira
23. *O Litoral Português*
por Ilídio Alves de Araújo
24. *Os Provérbios Medievais*
Portugueses
por José Mattoso
25. *A Arquitectura Barroca*
em Portugal
por Paulo Varela Gomes
26. *Eugénio de Andrade*
por Luís Miguel Nava
27. *Nuno Gonçalves*
por Dagoberto Markl
28. *Metafísica*
por António Marques
29. *Cristóvão Colombo*
e os Portugueses
por A. Teixeira da Mota
30. *Jorge de Sena*
por Jorge Fazenda Lourenço
31. *Bartolomeu Dias*
por Luís Adão da Fonseca
32. *Jaime Cortesão*
por José Manuel Garcia
33. *José Saramago*
por Maria Alzira Seixo
34. *André Falcão de Resende*
por Américo da Costa Ramalho

Composto e impresso
para
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
nas suas Oficinas Gráficas
com uma tiragem de dez mil exemplares.
Concepção gráfica do Gabinete Editorial da IN-CM.
Acabou de imprimir-se
em Março de mil novecentos e oitenta e oito.

CÓD. 213035000
ED. 12.610.425

DEP. LEGAL 20 204/88

